

CORPO TRAVESTI: TRANSPORNOGRAFIA E A VIOLÊNCIA SISTÊMICA CONTRA PESSOAS TRANSGÊNERO

Vitória Dreide Xavier Araújo Silva¹
*Mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento
Social (PPGDS) da Unimontes*
E-mail: dreidevitoria@gmail.com;

Letícia Ferreira de Souza²
*Mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento
Social (PPGDS) da Unimontes*
E-mail: leticiasociologa@gmail.com;

Rafael Baioni do Nascimento³
*Professor do Programa de em Desenvolvimento Social (PPGDS)
da Unimontes*
E-mail: baionirafael@gmail.com

Maria Fernanda Fiuza de Ribeiro⁴
Graduanda em Direito pela Unimontes
E-mail: mfiuzaribeiro@gmail.com

INTRODUÇÃO

O Brasil se destaca de forma alarmante no cenário global em relação à violência letal direcionada a mulheres travestis e transexuais, conforme delineado no "Dossiê Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras" pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Paradoxalmente, o país também lidera o consumo de pornografia relacionada a essa comunidade. Essa intersecção levanta questões profundas sobre os complexos padrões sociais, culturais e psicológicos que sustentam essa realidade preocupante.

Este artigo propõe uma análise da intersecção entre a violência direcionada às mulheres trans/travestis e o consumo de pornografia trans no contexto brasileiro. Nosso objetivo é investigar como os discursos de ódio, as políticas conservadoras e a fetichização impactam os elevados índices de assassinatos, bem como a demanda por pornografia que retrata pessoas trans. Através dessa análise, buscamos contribuir para uma compreensão mais abrangente das dinâmicas de poder e controle de gênero em nossa sociedade.

A pesquisa será conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, utilizando análise de conteúdo de fontes acadêmicas, relatórios de organizações não governamentais e dados estatísticos oficiais de plataformas de conteúdo adulto. Serão exploradas as narrativas presentes nessas fontes para identificar padrões, relações de causa e efeito e nuances nas percepções sociais em torno da violência contra mulheres trans/travestis e o consumo de pornografia relacionada a essa população.

Os resultados esperados incluem uma análise crítica das estruturas sociais, políticas e culturais que perpetuam a violência contra pessoas trans no Brasil, bem como uma compreensão mais profunda das motivações por trás do consumo de pornografia trans. Além disso, espera-se destacar a necessidade de políticas públicas e iniciativas sociais que abordem não apenas a violência direta, mas também suas raízes estruturais, visando a promoção da igualdade de gênero e o combate à discriminação e ao preconceito em todas as suas formas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A teoria do cisheterobrancosexismo, uma ampliação crítica do conceito de heteronormatividade, descreve a imposição dos padrões sexuais cisgêneros, heterossexuais e brancos, marginalizando identidades e corpos que não se enquadram nesses parâmetros. Esta imposição perpetua estruturas de poder e controle sobre corpos trans, considerados abjetos e desviantes (Butler, 2004). O Brasil, com sua elevada taxa de violência contra pessoas trans, exemplifica a manifestação extrema dessa marginalização. O cisheterobrancosexismo é sustentado por disciplinas acadêmicas tradicionais, como Biologia, Medicina e Direito, que frequentemente normatizam essas identidades e corpos (Foucault, 2020; Preciado, 2014).

A pornografia, tradicionalmente vista como um campo de exploração e objetificação, também pode ser um espaço de revelação de verdades sobre corpos, identidades e sexualidades. Michel Foucault (2020) e Paul B. Preciado (2014) discutem como a pornografia pode servir tanto para a normalização quanto para a subversão dos corpos não normativos. A perspectiva de transpornografia, como apresentada no documentário "Bixa Travesty", desafia a visão hegemônica da pornografia, mostrando como pessoas trans podem usar esse espaço para resistir e desestabilizar normas cisheteronormativas, criando novas formas de expressar suas sexualidades e identidades.

Judith Butler (2004) argumenta que o gênero é uma performance reiterativa que materializa normas culturais sobre corpos. As performances de Linn da Quebrada em "Bixa Travesty" exemplificam essa teoria ao desafiar e reconfigurar as expectativas sobre corpos trans. As transpornografias, como práticas performativas, não apenas desestabilizam a norma cisheterobrancosexual, mas também revelam as multiplicidades de desejos e afetos que corpos trans podem expressar, criando novas ontologias e espaços de existência para essas identidades (Butler, 2004; Preciado, 2014).

A violência contra pessoas trans no Brasil pode ser entendida como um reflexo da fetichização e do discurso de ódio perpetuado pela sociedade cisheteronormativa. A interseção entre o consumo de pornografia trans e os altos índices de violência fatal contra essas populações revela uma complexa dinâmica de desejo e repulsa, onde corpos trans são simultaneamente desejados e exterminados. Esta dualidade evidencia a necessidade de uma análise crítica das motivações subjacentes ao consumo de pornografia trans e ao tratamento dessas identidades na sociedade (Sarmet, 2014; Preciado, 2014).

DESENVOLVIMENTO DO TEMA

Para entender acerca da violência contra mulheres trans e travesti, é necessário compreender alguns conceitos, o primeiro, o de gênero. Gênero “é entendido como uma das identidades (étnica, sexual, gênero, classe) que constituem as pessoas, no qual os elementos sociais e culturais são contribuintes” (Lima, 2020, p. 77). Assim, a transexualidade e a travestilidade são identidades de gênero. A transexualidade é a identidade de pessoas que realizaram mudanças em suas compreensões de gênero, ou seja, ao nascerem foram identificadas por um, mas ao decorrer da vida se perceberam pertencentes a outro. A travestilidade é uma categoria que se relaciona com a transexualidade feminina, ou seja, são mulheres. No Brasil, o termo travesti é uma categoria ressignificada oriunda da marginalização de mulheres trans, que eram vistas como “homens travestidos”. Acerca das identidades, a mulher transexual e a mulher travesti, são femininas, lidas como mulheres, e por isso, são violentadas.

O corpo T seria tido então como um corpo transgressor, definido como aquele que desafia as normas de gênero impostas pela sociedade, é frequentemente estigmatizado em um contexto marcado pelo preconceito, conservadorismo e transfobia. Essa construção social posiciona esse corpo como associado à prostituição, marginalidade e à esfera noturna, relegando-o a espaços como a pornografia, em detrimento de outras esferas, como a educação e o mercado de trabalho corporativo. No Brasil, há escassez de dados sobre travestis que alcançam posições de destaque no mundo profissional. O Dossiê dos Assassinatos e da Violência contra Travestis e Transexuais brasileiras em 2020 revela que

90% delas estão envolvidas na prostituição, enquanto apenas 6% estão inseridas no mercado formal e 4% atuam na informalidade (Antra, 2021).

O Brasil é reconhecido por suas elevadas taxas de violência contra mulheres travestis e transexuais, enquanto paradoxalmente figura como um dos maiores consumidores de pornografia relacionada a essa comunidade (Benevides, 2020). Esta interseção complexa pode ser interpretada à luz das estruturas sociais e normativas do país (Lima, 2021). A pornografia, desde suas origens na pintura e na literatura, passando pela fotografia e alcançando o cinema, o vídeo e a *internet*, tem sido - como nos convida a refletir Susan Sontag (1967, p. 32) - uma manifestação da imaginação humana que se expressa nas e para as artes, possuindo um “acesso peculiar a alguma verdade”, seja sobre a sexualidade, a sensibilidade ou a individualidade de cada pessoa. Aquele que transgride, ao fazê-lo, não apenas desafia uma norma, mas também explora territórios desconhecidos e inacessíveis para outros.

É relevante lembrar, conforme destaca Paul B. Preciado (2017), que a palavra pornografia origina-se do termo grego *porno-grafei*, que significa "pintura de prostitutas, escrita da vida das prostitutas" (Preciado, 2014, p. 27), ligando-se assim, desde sua origem, à prostituição, um tema igualmente intrincado no contexto das discussões de gênero e sexualidade em relação às corporalidades e às práticas sexuais. Logo, ao ponderarmos o fato do Brasil ser o maior consumidor desse conteúdo e observarmos a violência direcionada as mulheres travestis e transexuais notamos que há uma lacuna estrutural na aplicação das normas sociais, que frequentemente falham em reconhecer ou respeitar as identidades de gênero dessas mulheres (Preciado, 2011).

Nesse contexto, o documentário “Bixa Travesty”, por meio das performances da multiartista e agitadora cultural Linn da Quebrada (Lina Pereira), oferece uma perspectiva que transcende a visão tradicional da pornografia como algo vinculado à prostituição e obscenidades. Ele demonstra que a pornografia também pode revelar verdades sobre corpos, identidades e sexualidades (Sarmet, 2014; Foucault, 2020). As transpornografias, portanto, são produções afetivo-sexuais que envolvem as manifestações das sexualidades de pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros), criando rupturas ontológicas e desestabilizações do cisheterobrancosexismo, ou seja, da imposição dos padrões sexuais cisgêneros e branco-heterossexuais.

Imagem 1 – Um beijo Travesty



Fonte: captura de tela feita a partir do documentário “Bixa Travesty”.

A imagem 1 representa uma cena do documentário, onde alguns elementos são colocados de forma a se destacar, sendo eles: a boca aberta pressionada contra uma superfície transparente e as manchas de batom. Para a cisheterobrancosexualidade, observa-se que: a) o batom vermelho é considerado um símbolo sexual da feminilidade,

sendo seu uso restrito a mulheres cisgêneras; b) as travestilidades são vistas como abjetas, sendo relegadas exclusivamente aos espaços noturnos das esquinas, destinados à prostituição.

Diante da imagem 1, emergem (per)versões do pensamento normativo sobre gênero e sexualidade. A superfície transparente cria barreiras invisíveis que, no contexto do documentário, se transformam em novos territórios. A cisheterobranconormatividade busca constantemente obstruir e suprimir as experiências trans, promovendo o apagamento dessas identidades. A rigidez transparente imposta pela sociedade transfóbica é, na verdade, frágil, suscetível a manchas diante de qualquer desvio e passível de ruptura sob forte impacto. Dessa forma, o batom vem demonstrar que apesar de sofrer processos de invisibilidade, o corpo travesti deixa suas marcas.

O corpo travesti representa uma ameaça à hegemonia essencializadora, que se encontra enraizada nas disciplinas de Biologia, Medicina, Direito, Pedagogia, Psicologia e outras áreas acadêmicas que legitimam o sujeito universal (Foucault, 2020). Essas disciplinas são estruturadas em torno do arcabouço das identidades masculinas, brancas, heterossexuais e cisgêneras, as quais perpetuam e produzem privilégios. Esse cenário propicia um ambiente de marginalização e discriminação, resultando em consequências devastadoras, como agressões físicas e homicídios. No que tange a educação, há uma teia excludente nos espaços educativos, em que inúmeras “formas de opressão e processos de segregação são fortalecidas com a ausência de ações contra o estigma e o preconceito, de forma que transexuais e travestis precisam, muitas vezes sozinhas/os, encontrar forças para lidarem e permanecerem no espaço escolar” (Lima *apud* Junqueira, 2020, p.80). Tudo isso reforça a prostituição enquanto saída, para muitas mulheres trans e travestis.

A crescente prevalência do consumo de pornografia relacionada a travestis e transexuais tem suscitado um intenso debate no campo da psicanálise, ecoando além das fronteiras da mera satisfação de desejos individuais para adentrar as profundezas das dinâmicas sociais e políticas. Este fenômeno complexo pode ser interpretado como uma manifestação distorcida e frequentemente desrespeitosa da sexualidade, enraizada em uma cultura que não apenas marginaliza, mas também perpetua a violência contra essas comunidades (Lima, 2021). A análise das tendências de consumo de conteúdo pornográfico revela um padrão preocupante: enquanto as taxas de assassinatos de pessoas transgênero e travestis no Brasil atingem proporções alarmantes, o interesse por pornografia trans persiste em escalas significativas, delineando uma interconexão entre a fetichização dos corpos trans e a violência sistêmica que os assola.

Em 2022, o Brasil foi novamente o país com o maior número de assassinatos de pessoas transgênero e travestis em todo o mundo, totalizando 131 casos, conforme relatado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra). Alarmantemente, 56% desses casos envolviam pessoas trans que trabalhavam como profissionais do sexo (Benavides, 2022).

Em 2023, houve um aumento de mais de 10% nos assassinatos de pessoas trans em comparação com o ano anterior. Mais uma vez, o Brasil ocupou o triste posto de líder em assassinatos de pessoas trans pelo 15º ano consecutivo, conforme dados publicados pela TGEU.

Os dados revelam uma realidade assombrosa: o Brasil lidera o triste *ranking* mundial de assassinatos de pessoas trans há anos consecutivos, e uma proporção significativa desses crimes envolve mulheres trans que trabalham como profissionais do sexo. A correlação entre esses eventos e o consumo de pornografia de mulheres trans não pode ser subestimada. A representação hipersexualizada e muitas vezes desumanizadora de mulheres trans na pornografia pode ser vista como uma extensão da mesma cultura que perpetua sua marginalização e violência na vida real.

A sociedade tende a rotular o corpo travesti como algo monstruoso, seguindo uma narrativa que ecoa as ideias discutidas por Preciado (2019). Essa perspectiva contrasta com as normas sociais estabelecidas, retratando as mulheres travestis como um elemento estranho que precisa ser eliminado de formas extremamente cruéis, refletindo um desejo de aniquilação do outro. Almeida e Vasconcellos (2018) apresentam dados que corroboram

essa realidade, evidenciando a alarmante incidência de violência contra travestis em âmbito nacional, conforme eles:

[...] a **expectativa de vida atual de pessoas trans seja de 35 anos** (próxima àquela dos brasileiros não escravizados em 1880), enquanto para o restante da população é de 74 anos (mais que o dobro) [...] Além de estarem submetidas à violência, **as pessoas trans também se encontram em grande vulnerabilidade social, sendo que a maior parte da população é analfabeta ou semianalfabeta** (Almeida; Vasconcellos, 2018, p. 306, grifo nosso).

A persistência desses padrões é agravada pela falta de reconhecimento e subnotificação da violência contra a comunidade LGBTQIA+, demonstrando a falha do Estado em proteger e garantir os direitos desses grupos. Enquanto os índices de assassinatos de pessoas trans continuam a aumentar, a demanda por pornografia trans nas plataformas de conteúdo adulto também cresce, evidenciando uma dinâmica perturbadora de exploração e fetichização, já que desde 2016, o Brasil se mantém como o país líder em consumo de pornografia trans, com números expressivos em plataformas como *RedTube*, *PornHub* e *XVideos*. O aumento do interesse por esse tipo de conteúdo revela uma tendência alarmante, com pesquisas relacionadas à pornografia trans aumentando em 75% em 2023 em comparação com anos anteriores. Isso reflete uma preocupante fetichização e racismo sexual direcionados a pessoas negras e pardas, transgêneras, lésbicas e outras minorias sexuais (Benevides, 2023).

Nesse sentido, no magistral jogo de interações entre poder e sexualidade delineado por Foucault (2014), emerge uma intrincada teia na qual o poder se insinua de modo irrefutavelmente negativo. Sob o seu domínio, estabelecem-se relações de rejeição, exclusão, recusa e barragem, delineando fronteiras invisíveis e, por vezes, obscurecidas pela máscara da aparente liberdade. É nesse cenário que se revela a impotência do poder diante do sexo e dos prazeres, reduzido à mera capacidade de negação, incapaz de gerar algo substancial além de ausências e falhas.

A tentativa do poder de conter os ímpetos do desejo traduz-se em uma série de estratégias que, em vez de suprimi-lo, apenas o inflamam. Normas, regras e mecanismos de domesticação são mobilizados na tentativa vã de subjugar o desejo, mas é precisamente nessa resistência que ele encontra terreno fértil para se proliferar, alimentando-se das próprias fissuras criadas pelo poder (Díaz, 2021). É na interseção entre esses fenômenos que se criam, por vezes, ambientes propícios para discursos de ódio, políticas conservadoras e uma agenda anti-trans, que não apenas restringe as liberdades e identidades de gênero diversas, mas também alimenta a violência e a exploração. A compreensão de que os padrões de identidade de gênero são construções sociais complexas, e não determinados por fatores biológicos intrínsecos, é fundamental para desmantelar as estruturas hierárquicas e assimétricas que perpetuam a marginalização e a violência contra pessoas trans.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar as transpornografias no documentário "Bixa Travesty" nos conduz a uma reflexão profunda sobre como a lógica brancocisheterossexual dissimula as relações entre corpo, sexo e desejo por meio dos (não)ditos da sociedade. O CISTema se manifesta por meio de concessões e interdições na regulação das materialidades dos corpos e das sexualidades, determinando quais afetos são permitidos. Exemplos disso incluem a criação de nichos de consumo baseados em características de gênero e sexualidade, a precarização da prostituição e a formação de um mercado farmacopornográfico (Preciado, 2014).

A partir dessa análise, podemos compreender a violência contra travestis e transexuais como resultado tanto da inadequação das normas sociais em acomodar a

diversidade de identidades de gênero quanto da forma como essas identidades são representadas e consumidas na cultura popular, incluindo a pornografia. Esses fenômenos estão interligados e evidenciam a necessidade urgente de uma transformação cultural e social para promover a igualdade e o respeito à diversidade de gênero.

Ademais, é imperativo que sejam promovidas políticas públicas que incentivem o debate sobre esse problema recorrente no país, com o objetivo de minimizar os índices de violência contra mulheres trans e travestis. A implementação de tais políticas é crucial para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todas as identidades de gênero possam ser respeitadas e valorizadas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cecília B.; VASCONCELLOS, Victor A. **Transexuais:** transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo? *Revista Direito GV*, v. 14, n. 2, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/HpFvXPZ8WRd63Gbz4CfSRQC/?lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2024.

BENEVIDES, Bruna. Brasil lidera consumo de pornografia trans no mundo (e de assassinatos). **Revista Híbrida**, 2020. Disponível em: <https://revistahibrida.com.br/brasil/o-paradoxo-do-brasil-no-consumo-de-pornografia-e-assassinatos-trans/>. Acesso em: 04 jun. 2024.

BENEVIDES, Bruna G. NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê:** assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022 / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023.

BENTO, Berenice. Queer o quê? Ativismo e estudos transviados. In: *Cult Especial #6 – Queer (Portuguese Edition)*. Edição do Kindle.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê:** assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023 / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024.

DÍAZ, Esther. **La sexualidad y el poder: El ocaso de la sexualidad en la sociedad moderna**. 5. Edição. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2021.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: vontade de saber**. 11ª ed. São Paulo: Paz & Terra, 2020.

LIMA, Tatiane. Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 77, p. 70-87, dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/jfYd7V5qLByWf9bY4MgCbqC/?format=pdf>. Acesso em: 04 abr. 2024.

LIMA, Vinícius Moreira. A subversão pelos dejetos. In: *Cult #270 – Encontros à beira do abismo: psicanálise, gênero e estudos queer (Portuguese Edition)*. Edição do Kindle.

PRECIADO, Beatriz. **Multidões queer:** notas para uma política dos “anormais”. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/yvLQcj4mxkL9kr9RMhxHdww/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2024.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: n-1 Edições, 2014.

PRECIADO, Paul B. ***Eu sou o monstro que vos fala***. 2019. Disponível em: <https://sarawagneryork.medium.com/eu-sou-o-monstro-que-vos-fala-94dd10a366ef>. Acesso em: 19 mar. 2024.

SARMET, Érika. Pós-pornô, dissidência sexual e a *situación cuir* latino-americana: pontos de partida para o debate. **Revista Periódicus**, ed. 1^a, maio-out. de 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/10175>. Acesso em: 04 jun. 2024.

SONTAG, Susan. A imaginação pornográfica. *In: A vontade Radical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SOARES, Nicolau. Brasil registra 131 mortes de pessoas trans e lidera ranking mundial pela 14^a vez. **Brasil de fato, 2023**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/01/26/brasil-registra-131-mortes-de-pessoas-trans-e-lidera-ranking-mundial-pela-14-vez>. Acesso em: 30 mar. 2024.